

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE Gerência de Desenvolvimento de Pessoas

EDITAL Nº 73/2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, DESEMBARGADOR **FRANCISCO DJALMA**, no uso de suas atribuições legais, destacando-se, neste particular, o regramento contido no Art.16, II, da Lei Complementar Estadual nº 221/2010 c/c o Art. 51, I, do Regimento Interno e,

Considerando a nova orientação do Conselho Nacional de Justiça acerca da dotação de pessoal, do que consequentemente vislumbra uma distribuição da força de trabalho e de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus;

Considerando que a política de priorização do primeiro grau de jurisdição inclui, dentre outros pontos estratégicos, a alocação de pessoas, daí a necessidade de se parametrizar essa inovação em todas as nomenclaturas de pessoal – efetivos, comissionados, juízes leigos, conciliadores e estagiários;

Considerando a realização de Processo Seletivo Simplificado para a contratação temporária de profissionais para o desempenho das funções de Juiz Leigo do Sistema de Juizados Especiais e de Conciliador das Unidades Judiciárias do Estado do Acre:

Considerando que tal Processo ocorreu regularmente, cuja homologação consta no Edital nº 9/2016, publicado no Diário da Justiça Eletrônico nº 5.661, de 14 de junho de 2016;

Considerando que encerrou o cadastro de reserva para o cargo de Conciliador para a Comarca de Rio Branco;

Considerando, ainda, a necessidade de Conciliador para atuar na Comarca de Rio Branco;

Considerando, por derradeiro, a imperiosa adoção de medidas que garantam a satisfação das necessidades da Administração, alinhada à otimização dos recursos disponíveis.

RESOLVE:

Art.1º TORNAR PÚBLICA a manifestação de interesse da candidata Antonia Marilia de Vasconcelos Moreira em assumir o cargo de Conciliadora na Comarca de Rio Branco e deferir o requerimento.

Art. 2º CONVOCAR a candidata, cujo requerimento foi deferido para apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação deste Edital, na Gerência de Desenvolvimento de Pessoas (GEDEP) deste Tribunal, localizada na Rua Tribunal de Justiça — Via Verde, no horário das 8h às 13h e das 15h às 18h, ou enviar para o email gedep@tjac.jus.br a documentação constante deste Edital, sob pena de perda da vaga da função a ser exercida no processo seletivo.

ANEXO I DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

- 1.1 (uma) foto 3x4 recente;
- 2. Carteira de Identidade e CPF*;
- 3. Comprovante de endereço*;

- 4. Título de Eleitor* e comprovante de que está quite com a Justiça Eleitoral;
- 5. Certificado de Reservista* (homem);
- 6. Comprovante de Inscrição PIS/PASEP*;
- 7. Diploma* ou Declaração de Conclusão de Curso de Bacharelado em Direito para os aprovados na Comarca da Capital ou em outro curso superior devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação MEC, para os candidatos aprovados nas demais Comarcas e Centros Judiciários de Soluções de Conflitos e Cidadania;
 - 8. Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil OAB (cargo de juiz leigo);
 - 9. Comprovação de atividade jurídica de no mínimo 2 (dois) anos (cargo de juiz leigo);
 - 10. Declaração de disponibilidade de horário compatível com as atividades dos Juizados Especiais;
 - 11. Certidões de bons antecedentes, expedidas pela Justiça Federal e Estadual;
 - 12. Atestado de Aptidão Física e Mental (expedido por profissional da área de medicina do trabalho);
 - 13. Conta Salário da Caixa Econômica Federal (Ofício expedido pela GECAD/PAG).

OBS.: * A documentação solicitada deverá ser original e será digitalizada no setor de entrega e devolvida ao candidato.

Rio Branco-AC, 13 de novembro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador FRANCISCO DJALMA da Silva**, **Presidente**, em 13/11/2019, às 15:40, conforme art. 1°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjac.jus.br/verifica informando o código verificador **0695406** e o código CRC **B2BBA989**.

Processo Administrativo n. 0007338-65.2016.8.01.0000

0695406v5